

Sob o olhar pós-crítico de Clio: por uma História contingente, (des)viada ou *Drag Queen*

Under Clio's Post-Critical Eye: for a contingent, deviated or *Drag Queen* History

Cassiano Celestino de Jesus¹

Resumo: “A História é a arte de inventar o passado”, isto significa que o discurso historiográfico é produzido e refeito constantemente, que a narrativa histórica é cambiante, contingente, fragmentada e feita de diversos modos. Implica ainda dizer que o historiador inventa, mesmo que de forma “rigorosa”, o passado. A História, enquanto prática, discurso, disciplina ou artefato literário, está permanentemente produzindo uma série de discursos sobre o passado, que são construídos no presente e em função dos nossos próprios interesses. Dito isto, esse artigo é um, dentre vários outros, que realiza um breve debate acerca da escrita da História, produto da arte ou da ciência dos historiadores, e seu diálogo com as chamadas metodologias de pesquisas pós-críticas, enfatizando, sobretudo, os possíveis diálogos da História com as teorias *queer*.

Palavras-chave: Historia *queer*. Historiografia. Metodologia.

Abstract: "History is the art of inventing the past," this means that historiographic discourse is constantly produced and redone, that historical narrative is changing, contingent, fragmented, and made in various ways. It also implies that the historian invents, even if in a "rigorous" way, the past. History, as a practice, discourse, discipline, or literary artifact, is constantly producing a series of discourses about the past, which are constructed in the present and for our own interests. That said, this article is one of several that holds a brief debate about the history writing, product of art or the science of historians, and its dialogue with the so-called post-critical research methodologies, emphasizing, above all, the possible dialogues in history with queer theories.

Keywords: Queer history. Historiography. Methodology.

Considerações Iniciais

“A História é a arte de inventar o passado”. Esta afirmação, feita pelo historiador Durval Muniz de Albuquerque Júnior (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2007, p. 05), implica dizer que o discurso historiográfico é produzido e refeito constantemente, que a narrativa histórica é

¹ Mestrando em História pela Universidade Federal de Sergipe (PROHIS/UFS). Integrante do Domíniun: Estudos sobre Sociedades Senhoriais. Bolsista CAPES/DS

cambiante, contingente, fragmentada e feita de diversos modos. E por fim, que o historiador inventa, mesmo que de forma “rigorosa”², o passado.

A História, enquanto prática, discurso, disciplina ou artefato literário está permanentemente produzindo uma série de discursos sobre o passado que são construídos no presente e em função dos nossos próprios interesses.

O historiador Michel de Certeau (CERTEAU, 2008, p. 76), por exemplo, afirma que a escrita da História se constrói em função de uma instituição e é através dos interesses de uma instituição que a História, enquanto disciplina, vai se organizar. O autor derruba o véu ilusório da pesquisa institucionalizada ao afirmar que estamos presos às preferências institucionais, ao lugar social do qual fazemos parte. Assim, os desejos institucionais vão atuar na metodologia empregada e na seleção das fontes para as pesquisas a serem elaboradas.

Ainda segundo o mesmo historiador, a instituição atua permitindo e proibindo certos tipos de conhecimento, elegendo aquilo que deve (ou não) ser escrito. Em cada momento, a “instituição histórica” se organiza segundo hierarquias e convenções que traçam as fronteiras entre os objetos históricos que são considerados legítimos e aqueles que não os são (CERTEAU, 2008, p. 77).

Dentro desta perspectiva, poderíamos comparar o ofício da/o historiadora/o, bem como a construção de sua narrativa histórica, com o processo de montagem de uma *drag-queen*. Acredito que o exemplo será oportuno por oferecer pistas importantes para pensarmos a História enquanto prática, movimento e produção que não tem um ponto de chegada ou partida definitivos.

É no camarim que a *drag-queen* “se monta”, se produz, que se entrega a um longo período de transformação de seu corpo, um processo que supõe técnicas e truques. Ela fabrica, intervém, esconde, agrega, expõe (VENCATO, 2002, p. 46). Assim como elas, nós, enquanto historiadoras/es, fabricamos/produzimos/interferimos/expomos a História que queremos contar.

Conforme Guacira Louro (LOURO, 2015, p. 88), este processo de montagem da *drag-queen* pode ser compreendido como uma paródia de gênero, ou seja, ela imita, exagera, aproxima, legitima e, ao mesmo tempo, subverte o sujeito que a copia. Ainda, segundo a autora, a paródia supõe apropriar-se dos códigos ou das marcas daqueles que se parodia para ser capaz

² Para o historiador francês Georges Duby (1989, p. 41), o historiador inventa o passado de forma rigorosa, isto é, que ele se preocupa em fundamentar a sua invenção nas bases mais firmes e que edifica a sua narrativa histórica a partir de vestígios que foram rigorosamente criticados.

de expô-los, de torná-los mais evidentes, e assim, subvertê-los, criticá-los e desconstruí-los. Talvez seja exatamente isto que pretendo realizar aqui: uma “paródia epistemológica”, subverter, denunciar os padrões legitimados como únicos e possíveis de escrita da História.

É exatamente nesse sentido que a figura da *drag* permite pensar o fazer historiográfico, pois permite questionar a essência ou a autenticidade do discurso histórico e refletir sobre seu caráter construído. A História considerada “normal” e “aceita” é, também, produzida através de artefatos, acessórios, metodologias e teorias que comunidades de historiadoras/es estabeleceram como adequadas e legítimas.

Assim sendo, este artigo realiza um breve debate acerca da escrita da História, produto da arte ou da ciência das/os historiadoras/es e seu diálogo com as chamadas metodologias de pesquisas pós-críticas, enfatizando principalmente, os possíveis diálogos da História com as teorias *queer*. O objetivo é trazer uma discussão sobre o modo como interpretamos o passado e/ou presente evidenciando as potencialidades de se “*queerizar*” a História.

O intuito é dar lugar a polêmicas e impasses que estão longe de serem inúteis ou improdutivas. Pelo contrário, ao escapar “dos ataques muito rápidos, críticas improcedentes, exclusões aflitas ou tomadas de posição definitivas” o historiador pode sofisticar seu saber e “encontrar caminhos e sentidos mais úteis e criativos diante dos impasses tão graves colocados em nossa atualidade” (RAGO 2007, p. 9-13; PINTO; VALINHAS, 2010, p. 16).

As metodologias de pesquisas pós-críticas e as teorias *queer*

As teorias *queer* se inscrevem dentro daquilo que se convencionou a chamar de metodologias pós-críticas, por isso, antes de dar continuidade à discussão aqui proposta, acredito que seja necessário esmiuçar os seus principais constructos teóricos e analíticos para depois estabelecer diálogos com a História.

As metodologias de pesquisas pós-críticas são construídas de modo claro e combativo. Afasta-se daquilo que é rígido, das essências, das convicções, de ideias universais e de “verdades absolutas” sobre “coisas”. Em vez disso, aproxima-se de pensamentos que nos movem, colocando em xeque nossas verdades e nos auxiliando a encontrar caminhos para responder nossas investigações (MEYER; PARAÍSO, 2012, p. 17).

As metodologias/teorias de pesquisas pós-críticas não possuem um método recomendado para a realização de estudos ou investigações. Não possuem um modelo a ser seguido. Para as/os teóricas/os desta corrente, a metodologia deve ser construída no processo de investigação e de acordo com as necessidades e perguntas que vão surgindo (PARAÍSO,

2012, p. 23). Tais teorias lutam contra algumas criações modernas: o sujeito racional, as causas únicas, universais, as metanarrativas, a linearidade histórica, a noção de progresso, dentre outros.

As teorias pós-críticas – multiculturalismo, pós-estruturalismo, estudos de gênero, pós-modernismo, pós-colonialismo, pós-gênero, pós-feminismo, estudos culturais, estudos étnicos e raciais, pensamento da diferença e estudos *queer* – tem como pressuposto que a verdade é uma invenção, uma criação. Não existe a “verdade”, mas “regimes de verdade”, ou seja, discursos que funcionam na sociedade como verdadeiros. Não existe uma verdade a ser descoberta, existem discursos que a sociedade aceita, autoriza e faz circular como verdadeiros (FOUCAULT, 2000, p. 05). Além disso, trabalham com a ressignificação de práticas existentes e inventam novos percursos com base nas necessidades que possam existir trazidas pelo objeto de investigação.

No que se refere as chamadas teorias *queer* é bom ressaltar, para início de conversa, que ela é plural. Ela transita e é heterogênea. Assim, podemos enxergar o *queer* como uma teoria que torce o nosso olhar, que propõe enxergar o mundo de uma maneira não-normativa e que não aceita a divisão sexual dos sujeitos entre “normais” e “anormais”.

Em inglês, a palavra *queer* significa “bicha”, “viado”, “estranho”, “anormal”, é uma ofensa, um insulto. Não há na língua portuguesa uma palavra com teor depreciativo tão forte quanto “*queer*” para a língua inglesa (LUGARINHO, 2001, p. 41). É impossível traduzir o *queer* para a língua portuguesa, visto a complexidade deste termo em inglês.

A socióloga Larissa Pelúcio (PELÚCIO, 2014, p. 11), ressalta que em português o termo “*queer*” não possui a mesma ressonância e significado quando é pronunciado em inglês e nos Estados Unidos, por exemplo. Neste idioma, como já falei anteriormente, o termo é ofensivo, proferido contra os sujeitos que se desviam das normas sexuais e de gênero. A autora adverte que o desconforto que o termo causa em países de língua inglesa se dissolve aqui na maciez das vogais que nós brasileiros insistimos em colocar por toda a parte.

A pesquisadora Larissa Pelúcio (PELÚCIO, 2014, p. 11) propõe que ao invés de usarmos o polidamente sonoro *queer* utilizemos o termo “cu” e passemos a nos assumir como teóricas e teóricos cu. O objetivo, segundo ela, não é buscar uma tradução, mas uma interlocução. A ideia de “cu” não é para traduzir, mas para trazer um desconforto que o *queer* causou quando foi usado em ambientes acadêmicos, quando propôs uma outra forma de pensar as margens, lá nos idos dos anos 1980.

A historiadora Guacira Lopes Louro, talvez uma das pioneiras dos estudos *queer* no Brasil, apresenta esta vertente teórica como reativa à normalização, “venha ela de onde vier”

(LOURO, 2001, p. 546). Conforme a autora, a teoria *queer* questiona, provoca, gera desconforto, incômodo e, sobretudo, perturbação. Ela modifica o nosso olhar para pensar os corpos, as sexualidades e o gênero. Ela desestabiliza porque permite pensar “para além dos limites do pensável”, isto é:

Uma sociedade não fundada na proibição das relações amorosas e sexuais entre pessoas do mesmo sexo – não está fora da cultura, antes dentro dela, apenas de forma dominada. É possível pensar de forma insurgente pelas bordas do social, na região que foi propositalmente forcluída dele e, muitas vezes, relegada até mesmo ao reino do abjeto. Emerge assim um pensamento queer, não-normalizador, uma teoria social não-heterossexista e que, portanto, reconhece a sexualidade como um dos eixos centrais das relações de poder em nossa sociedade (MISKOLCI, 2014, p. 17).

A emergência da teoria *queer* remontam ao fim da chamada Revolução Sexual, dos movimentos liberacionistas e gays e do curto período de *despatologização* da homossexualidade, retirada da lista de enfermidades da Sociedade Psiquiátrica Americana em 1973. Foi em meio ao refluxo conservador detonado pela epidemia da AIDS (1970-1980) que pesquisadores/as de diversos países desenvolveram análises inovadoras sobre a hegemonia política heterossexual (MISKOLCI, 2014, p. 09).

Existem várias formas de pensar sobre o que é o *queer*. Ele/a tem uma origem multissituada, global. O *queer* não é só norte-americano, diversos pesquisadores/as de vários países contribuíram para a sua composição. Além disso, o autor não compreende a teoria *queer* como uma vertente de estudos estrangeiros que veio nos colonizar (MISKOLCI, 2014, p. 09).

Assim como ele, o historiador Fernando Benetti (BENETTI, 2013, p. 17), se opõe a uma concepção que entende a teoria *queer* como um conhecimento que veio nos colonizar pelos EUA. Em seu trabalho de monografia, o autor evidencia que bem antes da emergência desses estudos no Brasil, por aqui já se desenvolvia pesquisas com interpretações do que se convencionou a chamar de *queer*. Benetti cita, por exemplo, o livro *O que é homossexualidade?* de Peter Fry e Edward MacRae (1985).

Para ele, existem elementos ou pinceladas *queer* que podem ser percebidos no livro. Por exemplo, logo na introdução desta obra os autores afirmam que:

Desejos homossexuais são socialmente produzidos como são também produzidos desejos heterossexuais. Para nós, um, ou outro ou ambos têm o mesmíssimo valor e devem ser vistos com a mesma perplexidade normalmente apenas reservada para a homossexualidade (BENETTI, 2013, p. 17).

Para Benetti (BENETTI, 2013, p. 18), este parágrafo está em consonância com os Estudos *Queer*, ao problematizar o caráter de normalidade da heterossexualidade e ao afirmar

que as sexualidades devem ser interpretadas como construções sociais, possibilita afirmar que de fato, Fry e MacRae estão *queerizando* as sexualidades, estão problematizando o binarismo, e desconstruindo a heteronormatividade.

É possível afirmar que “teoria *queer*” é um rótulo que busca abarcar um conjunto amplo e relativamente disperso de reflexões sobre a heterossexualidade como um regime político-social que regula nossas vidas. Tratam-se de regulações sexuais e de gênero socialmente impostas que criam e mantêm desigualdades de toda ordem (MISKOLCI, 2014, p. 08).

A teoria *queer* só ganha forma em 1991, com o artigo “*Queer Theory: Lesbian and Gay Sexualities*” de Theresa De Lauretis publicado na revista *Differences*. Neste texto, a autora utiliza pela primeira vez o termo “teoria *queer*” para designar um estudo que teria como objetivo descentralizar a heterossexualidade de seu lugar padrão e falar sobre aquelas/es que foram esquecidos, *patologizados* e *medicalizados* durante a história das sexualidades (BENETTI, 2013, p. 25).

A partir deste período este termo passa a descrever o trabalho de um grupo de intelectuais e sua perspectiva teórica. Assim sendo, a teoria *queer* passa a ser vinculada as vertentes do pensamento que problematiza e opera com a desconstrução das noções clássicas de sujeito, identidade e identificação (LOURO, 2001, p. 544).

Ainda segundo Louro:

Os/as teóricos/as *queer* constituem um agrupamento diverso que mostra importantes desacordos e divergências. Não obstante eles/as compartilham alguns compromissos amplos – em particular, apoiam-se fortemente na teoria pós-estruturalista francesa e na desconstrução como um método de crítica literária e social; imaginam o social como um texto que deve ser interpretado e criticado com o propósito de contestar os conhecimentos e as hierarquias sociais dominantes. (LOURO, 2015, p. 40)

O sociólogo Richard Miskolci (MISKOLCI, 2009, p. 151), afirma que é possível compreender teoria *queer* como um termo aberto, usado inicialmente nos Estados Unidos, pela já citada feminista italiana, Teresa De Lauretis, para apontar um olhar crítico e contra-normalizador que seria um denominador comum de uma vasta e diversa produção acadêmica que emergira em meio ao pânico sexual da AIDS, na segunda metade dos anos oitenta, e que já se consolidava na década seguinte.

Além disso, bem antes de publicar o texto acima citado, foi em uma conferência na Califórnia, em fevereiro de 1990, que Teresa de Lauretis empregou a denominação *Queer Theory* para contrastar o empreendimento *queer* com os estudos gays e lésbicos (MISKOLCI, 2009, p. 151).

Para os/as teóricos/as *queer*, a oposição heterossexual/homossexual pode ser questionada e abalada por meio de procedimentos desconstrutivos. Tais procedimentos poderão romper com a lógica binária e com seus efeitos: a hierarquia, a classificação e a exclusão. Esta desconstrução permitirá compreender a heterossexualidade e a homossexualidade como interdependentes. Pois, a afirmação da identidade implica a negação do seu oposto, que é constituído como sua diferença (LOURO, 2015, p. 40).

A teoria *queer* é parte de um conjunto que podemos chamar de teorias subalternas, que fazem uma crítica dos discursos hegemônicos na cultura ocidental. Os/as teóricos/as *queer* focam na análise dos discursos produtores de saberes sexuais por meio de um método *desconstrutivista*. Enfim, busca romper as lógicas binárias que resultam no estabelecimento de hierarquias e subalternizações. Interrogando como as fronteiras da diferença são constituídas, mantidas ou dissipadas (MISKOLCI, 2009, p. 158).

Para Pelúcio (PELÚCIO, 2012, p. 399), os saberes subalternos não consistem somente em dar voz àquelas/es que foram privados de voz, e sim, participar do esforço de “prover outra gramática, outras epistemologias, outras referências que não aquelas que aprendemos a ver como ‘verdadeiras’”.

A teoria *queer*, portanto, não é uma defesa da homossexualidade, “é a recusa dos valores morais violentos que instituem e fazem valer a linha da abjeção, essa fronteira rígida entre os que são socialmente aceitos e os que são relegados à humilhação e ao desprezo coletivo” (MISKOLCI, 2012, p. 25).

Os Estudos *Queer* têm em sua base duas obras principais que contribuíram para pensar sua teorização: *História da Sexualidade I: A Vontade de Saber*, de Michel Foucault, e *Gramatologia*, de Jacques Derrida. Estas duas obras têm funções muito importantes para que possamos entender o que pretende a Teoria *Queer*.

A intenção de Foucault neste livro, foi a de sugerir que os sexos são construídos discursivamente, a partir de uma obsessão a partir do século XVII, em regular as práticas sexuais e o que se falava sobre o sexo. Para isso criaram-se instrumentos de disciplinarização dos corpos, e o sexo é colocado no discurso. A apropriação que a Teoria *Queer* faz deste conhecimento é a de que com o passar do tempo e dos séculos, essa discursividade e esta vontade de saber sobre os sexos foi levada a um extremo discursivo tão excessivo, que teria contribuído para a formulação de uma heteronormatividade (BENETTI, 2013, p. 21).

Desta forma, tal como foi formulada por Foucault (2005), os/as teóricos/as *queer* compreendem a sexualidade como um dispositivo histórico do poder. Um dispositivo é um conjunto heterogêneo de discursos e práticas sociais, uma verdadeira rede que se estabelece

entre elementos tão diversos como a literatura, enunciados científicos, instituições e proposições morais (FOUCAULT, 2005, p. 244).

Doravante, a contribuição de Jacques Derrida para a teoria *queer* se dá através de seu livro *Gramatologia*, publicado em 1967, em que trabalha com os conceitos de desconstrução e suplementariedade. É a partir do conceito de suplementariedade que conseguirmos perceber que o binarismo heterossexualidade/homossexualidade, em vez de atuarem de forma hierárquica e repressora, na verdade existem de forma relacional. Ou seja, para Derrida todos os binarismos partem do princípio de uma suplementariedade. Um depende do outro para existir. A heterossexualidade só existe, pois existe a homossexualidade para legitimá-la. Para Derrida, esta lógica binária poderia ser abalada a partir da técnica da desconstrução, que seria analisar, escavar, mudar os recursos de olhar, e subverter o lugar destes binários (BENETTI, 2013, p. 23).

O sociólogo Tiago Duque (DUQUE, 2014, p. 73), traz alguns alertas para estudantes sobre esta vertente de estudos. O primeiro, vai no sentido de desconstruir a ideia de que o *queer*, por ser “contra” as identidades, se opõe aos movimentos sociais. Para ele, é equivocado pensar isso, pois, para as/os teóricas/os *queer* a identidade precisa ser defendida, mas não no sentido da fixidez ou da estratégia via generalizações a-históricas e essencialistas. Não se trata de abandonar as identidades, mas de reivindicá-las em outros termos. O seu compromisso político é o de evidenciar a produção de diferentes identidades não categorizáveis e a necessidade de mudar o repertório existente para que os indivíduos qualificados como menos-humanos, perseguidos e até mesmo assassinados, para possam encontrar um mundo habitável e mais acolhedor.

Pistas para uma “historiografia performativa”

O modo como escrevemos a História é totalmente influenciada pelos europeus, principalmente os franceses e alemães que acabaram definindo padrões/normatizações de como manuseá-la, escrevê-la, relegando às margens os conhecimentos considerados subalternos. Acredito que nossa colonização (conquista) não foi somente política, cultural e territorial, mas, também, epistêmica.

É preciso *decolonizar*. Desapegar-se do eurocentrismo e do aparato que confere prestígio e sentido à Europa. No mesmo movimento em que se desprende de sua lógica e de seu aparato, abrir-se a outras experiências, histórias e teorias, abrir-se aos outros encobertos pela

lógica da colonialidade, que são tornados menores, abjetos, desqualificados (PEREIRA, 2015, p. 415).

Se o cânone é eurocêntrico, hétero e branco, o *queer* faz troça desse lugar e de sua universalidade pressuposta, assim como denuncia sua heteronormatividade (PEREIRA, 2015, p. 417). A teoria *queer* se abre e aposta em outros corpos, histórias e teorias.

O encontro entre o *queer* e a História mostra-se profícuo exatamente na medida em que subverte os nossos olhares para pensar/interpretar/conhecer o passado e o presente, nos permitindo “pensar para além dos limites do pensável”, para além dos padrões de como escrevê-la, para além das margens. Resgatando e reconhecendo outras formas de pensar e ser. “Mostrando como a História vem sendo escrita por lentes hétero” como bem afirmou Pedro Paulo Pereira (PEREIRA, 2015, p. 428).

É preciso criar inquietação, suscitar mudança, levantar novas questões e pesquisar incansavelmente a diversidade, para escapar da homogeneidade e da lógica binária que orienta nossas pesquisas (SWAIN, 2009, p. 92). O *queer* questiona os modos como escrevemos a História. Questiona o nosso olhar em relação aos nossos objetos de investigação e às nossas bem-comportadas/padronizadas, e até mesmo limitadas, metodologias e/ou técnicas de análise. As nossas produções, como bem salientou Margareth Rago (RAGO, 1995, p. 74), continuam “assentadas em convicções fundamentalmente humanistas e essencializantes”, prevalecendo um olhar hegemônico e heterossexual.

Trata-se, pois, de uma nova maneira de problematizar, de pensar e de escrever a História. Ao operar por meio de um método desconstrutivista, o *queer* foca nos processos classificatórios, *hierarquizadores*, nas estratégias sociais normalizadoras dos comportamentos. É, desta forma, uma analítica da normalização que acaba nos dando pistas de como alguns discursos chegam a instituir verdades sobre comportamentos, corpos, pessoas e instituições (MISKOLCI, 2009, p. 151).

Assim, o *queer* impõe à História a necessidade de rever seus pressupostos, de forma a focar no hegemônico como objeto de estudo e análise crítica. Lhe apresenta uma proposta desafiadora: “o desenvolvimento de uma analítica da normalização que possa interrogar como as fronteiras da diferença são constituídas, mantidas ou dissipadas” (MISKOLCI, 2009, p. 178). Esta crítica da normalização aposta na subversão dos discursos totalizantes, hegemônicos ou autoritários.

O diálogo com a teoria *queer* pode, principalmente, desmontar a matriz heterossexual (BUTLER, 2003, p. 216), que marca o fazer historiográfico hegemônico e seus efeitos misóginos e homofóbicos. No que se refere ao campo historiográfico, pode “representar uma

nova apropriação do gênero como categoria útil de análise histórica. Podemos historiar e desconstruir os dispositivos de produção dos corpos sexuados-normatizados-*heterossexualizados-abjetos*” (PEDRO; VERAS, 2014, p. 101-103).

A teoria *queer* nos ajuda a sistematizar, a entender algumas coisas, a interpretar (BENTO, 2015, p. 10). Sistematizar uma “realidade” fora dos marcos *patologizantes* e *naturalizantes*. A interpretar experiências de violências e marginalizações do passado ao presente em mundos plurais e conflitantes, gerando, assim, múltiplas linhas de visões.

Mas, onde se encontram os mundos plurais e conflitantes no discurso histórico? Como podemos perceber as multiplicidades que foram apagadas pelo poder hegemônico da norma? E até que ponto a História não contribui para a instituição da hegemonia heterossexual? Fiquemos com essas perguntas que servem mais para provocar do que pedir respostas.

O encontro entre a História e a teoria *queer* é, portanto, um projeto, uma busca, uma vontade de saber. A História é “um processo em movimento constante, dentro do qual o historiador se move” e a sua escrita nunca estará encerrada (CARR, 1982, p. 167). A proposta aqui é oferecer um exercício reflexivo acerca dos novos desafios lançados para a prática historiográfica presente, pôr em movimento uma nova maneira de fazer História, “um convite a ousar pensar a diversidade, a hierarquia e a problematizar nossa própria pós-modernidade” (RAGO, 2008, p. 12).

Vivemos um presente historiográfico de contínua expansão e é necessário que enxerguemos a historiografia como um campo que está sempre em movimento. Reitero o que falei anteriormente: deve-se estar atento aos mundos plurais e conflitantes que ecoam de modo ainda opaco nos rastros e vestígios do passado. Desconstruir naturalizações e generalidades, que acabam fazendo das relações humanas uma eterna repetição do mesmo. “Mesma divisão binária baseada no biológico, mesma concentração de poderes e de hierarquias entre os sexos e mesma compulsão à heteronormatividade” (SWAIN, 2009, p. 78).

Tanto a História quanto o *queer* são estranhos. Os acontecimentos passados são exóticos, intrigantes e esquisitos para nós, homens e mulheres contemporâneas/os. A “realidade” passada não é transparente, muito pelo contrário, se apresenta de forma opaca, desconcertante, desconhecida e bagunçada, como um texto sem coesão e coerência. Como bem afirmou o historiador Edward Thompson, “a História não conhece verbos regulares” (THOMPSON, 1981, p. 57).

O passado é misterioso e não familiar, mas isto não significa que as experiências passadas são incompreensíveis para a historiografia contemporânea, elas são comunicáveis a partir de símbolos e formas específicas de enredos.

Parece-me que no campo da História a teoria *queer* tem sido constantemente incompreendida, atormentada, (des)historicizada, por não conseguir enquadrá-la e por não ser uma perspectiva estática, que distribui certezas. Conforme Elias Veras e Joana Pedro (ELIAS; PEDRO, 2014, p. 96), a invisibilidade dos estudos *queer* na historiografia pode ser explicada, em parte, pelos mesmos motivos que excluíram as mulheres e as homossexualidades da escrita da História, ou seja, pelas escolhas políticas implicadas no fazer historiográfico que, ao eleger outras temáticas, deixaram de lado outros temas, outros sujeitos e outras histórias.

Em suma, talvez possamos afirmar que uma historiografia performativa e/ou *queer* possa assumir alguns procedimentos ou estratégias teórico-metodológicas, tais como: 1) Sair da lógica de uma história das representações da sexualidade e estabelecer a dissidência como a própria metodologia de pesquisa; 2) Romper com princípios essencializantes, totalizantes e de neutralidade; 3) Desnaturalizar o pressuposto de que o tempo “corre” de maneira linear, ininterrupta e progressiva, ideia que se desdobra na historicização dos movimentos sociais como narrativas de progresso (metáfora das “ondas” no movimento feminista), e na sedimentação de modelos normativos de trajetória de vida (“saída do armário”, autoaceitação, orgulho).

Além disso, é importante compreender os objetos históricos como construções discursivas e entender a História como “resultado de jogos múltiplos, de inúmeros confrontamentos entre forças e saberes, fruto da emergência de uma dispersão de acontecimentos que são resultados de embates, que emergem em meio às forças litigantes” (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2007, p. 178).

Dentro desta mesma perspectiva, Albuquerque Júnior (2007), propõe três maneiras de praticar a História: a primeira é de forma paródica (como já foi demonstrado mais acima), que se opõe à História como reminiscência ou reconhecimento, praticada como riso, como desconstrução das versões consagradas da realidade. A segunda, é dissociativa e destruidora da identidade, que se opõe à História como continuidade e tradição. A terceira, por fim, é a sacrificial e destruidora da verdade. Uma História praticada como desconfiança em relação a todas as verdades que nos chegam prontas e sem questionamentos.

Conclusões dinâmicas

Como conclusão, cabe relembrar as palavras da filósofa Marcia Tiburi (TIBURI, 2013, p. 04), que ao comentar sobre a Teoria *Queer*, afirma que tal vertente de estudos pode ajudar a pensar o lugar de todos aqueles/as que não se encaixam no padrão do homem branco e europeu.

Além dos/as transexuais, os/as judeus/ias, os/as negros/as, os/as árabes e até mesmo os/as pobres entram no campo de suas preocupações como corpos que são considerados, pelo “poder”, como desimportantes, vidas que deveriam ser corrigidas ou que não mereceriam serem vividas.

O movimento *queer* denuncia que são muitas as vidas que não importam. Vidas que muitos consideram que não merecem ser vividas. Seres que são tomados abjetos, a quem até mesmo se nega o estatuto de sujeito. Seres que deslizam, seres que vivem na ambiguidade ou que vivem a própria ambiguidade (LOURO, 2015, p. 53).

A Teoria *Queer* permite pensar a multiplicidade das identidades sexuais, sugere novas formas de pensar a cultura, o conhecimento, o poder. Esta teoria provoca e perturba as formas clássicas de pensar e conhecer. Antes de querer ter a resposta ou a solução que encerra conflitos, ela quer discutir a lógica que construiu esse regime. Tal teoria é desconcertante e provocativa e, ao mesmo tempo, estranha e fascinante. Mas, sobretudo, ela faz pensar (LOURO, 2015, p. 54).

A metodologia *queer* tem sido compreendida como aquela que subverte padrões rígidos relacionados ao fazer científico. Ela é entendida como um modo de fazer pesquisa que permite uma mistura de métodos e procedimentos, transformando os já existentes e criando novas formas de abordar o objeto estudado. Ela questiona a estabilidade, todo modo fixo de se pensar e realizar pesquisas, pensar *queer* passou a significar, portanto, uma forma de “questionar, problematizar, contestar, todas formas bem-comportadas de conhecimento e de identidade” (SILVA, 1999, p. 107; REIS, 2012).

Como afirmou Tomaz Tadeu da Silva (SILVA, 1999, p. 107) “pensar *queer* significa questionar, problematizar, contestar todas as formas bem-comportadas de conhecimento e de identidade. A epistemologia *queer* é, neste sentido, perversa, subversiva, impertinente, irreverente, profana, desrespeitosa”. É um corpo estranho que incomoda, perturba, provoca e fascina.

O objetivo aqui foi de propor uma nova trincheira, que pode ser desenvolvida e aprofundada por diversas/os pesquisadoras/os. Ele está aberto e passível à desconstrução. O que fiz foi apontar um novo caminho para se pensar/escrever/interpretar a História. Por que não apostar no *queer* para tal empreitada? “Abrir-se a novidade, de todo modo, não é sempre uma excelente postura”? Combinar teóricos/as (ou não) pode perfeitamente abrir espaço para novas “visões de mundo” (BARROS, 2014, p. 229).

O mais importante é termos sempre em mente que História é um processo de rupturas, permanências, construções e desconstruções. Logo, são múltiplos os seus olhares, o que

significa que, jamais, teremos uma perspectiva única, melhor ou pior que outras. Como afirma o historiador francês Marc Bloch (BLOCH, 2001, p. 10), a História é busca, portanto, escolha. Ela deve ser ampla, profunda, longa, aberta e comparativa.

Referências

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. *História: a arte de inventar o passado*. Ensaios de teoria da História. 2007. Bauru, Edusc.

BARROS, José D'Assunção. *Teoria da História: princípios e conceitos fundamentais*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

BENETTI, Fernando José. *A bicha louca está fervendo: uma reflexão sobre a emergência da Teoria Queer no Brasil (1980-2013)*. Florianópolis: UDESC, 2013. Monografia de Conclusão do Curso de História. Disponível online em: www.pergamum.udesc.br/dadosbu/000019/000019b1.pdf.

BLOCH, Marc. *Apologia da história ou O ofício do historiador*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

BUTLER, Judith. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CARR, Edward. *O que é história?* Tradução de Lúcia Maurício de Alverga, 3 ed.; Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

CERTEAU, Michel de. A operação historiográfica. In: *A escrita da História*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008, p. 65-119.

DUQUE, Tiago. Corpo, Estado e Militância, ou sobre aquilo que você precisa saber antes de começar a ler uma puta teoria. *Revista Florestan Fernandes*. Dossiê Queer. v. 2, 2014, p. 46-66.

FOUCAULT, Michel. Nietzsche, a genealogia e a história. In: *A microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1984, p. 15-37.

FOUCAULT, Michel. *Em defesa da sociedade: Curso no Collège de France (1975-1976)*. São Paulo, Martins Fontes, 2005.

FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal, 2000.

LOURO, Guacira Lopes. Teoria Queer: Uma Política Pós-Identitária para a Educação. *Revista Estudos Feministas*, V. 9, n. 2, 2001.

LOURO, Guacira Lopes. Os estudos feministas, os estudos gays e lésbicos e a teoria queer. *Labrys, estudos feministas*, agosto/ dezembro, número 6. 2004.

LOURO, Guacira Lopes. *Um corpo estranho: ensaios sobre sexualidade e teoria queer*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2015.

LUGARINHO, Mario. Como traduzir a teoria queer para a língua portuguesa. *Revista Gênero*, vol. 1, n. 2, p. 33-40, 2001.

MEYER, Dagmar; PARAÍSO, Marlucy. Metodologias de pesquisas pós-críticas ou sobre como fazemos nossas investigações. In: MEYER, Dagmar. PARAÍSO, Marlucy Alves. *Metodologias de pesquisas pós-críticas em educação*. (orgs.) Belo Horizonte: Mazza Edições, 2012. p. 15-22.

MISKOLCI, Richard. Estranhando as Ciências Sociais: nota introdutórias sobre Teoria Queer. *Revista Florestan Fernandes*, v. 1. n. 2, p. 08-25, 2014.

MISKOLCI, Richard. A Teoria Queer e a Sociologia: o desafio de uma analítica da normalização. *Sociologias*, n. 2, p. 150-182, 2009.

MISKOLCI, Richard. Um saber insurgente ao sul do Equador. *Revista Periódicus*, v. 1, n. 1, p. 01-25, maio/out. 2014.

PADILHA, Felipe; FACIOLI, Lara. É o queer tem para hoje? – Entrevista com Berenice Bento. *Áskesis*, v. 14, n. 1, p. 143-1, 2015.

PARAÍSO, Marlucy. Metodologias de pesquisas pós-críticas em educação e currículo: trajetórias, pressupostos, procedimentos e estratégias analíticas. In: MEYER, Dagmar. PARAÍSO, Marlucy Alves. *Metodologias de pesquisas pós-críticas em educação*. (orgs.) Belo Horizonte: Mazza Edições, 2012. p. 23-46.

PELÚCIO, Larissa. Subalterno quem, cara pálida? Apontamentos às margens sobre pós-colonialismos, feminismos e estudos queer. *Contemporânea – Revista de Sociologia da UFSCar*, v. 2, n. 2, p. 395-418, 2012.

PEREIRA, Pedro Paulo. Queer decolonial: quando as teorias viajam. *Contemporânea*, v. 5, n. 2, p. 411-437, 2015.

PROST, Antoine. *Doze lições sobre a História*. Tradução de Guilherme de Freitas Teixeira. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2008.

RAGO, Margareth. O efeito-Foucault na historiografia brasileira. *Tempo Social. Revista de Sociologia da USP*, v. 7, n. 1-2, p. 67-82, outubro. 1995.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Educação & Realidade*, v. 20, n. 2, p. 71-99, jul/dez. 1995.

SILVA, Tomaz Tadeu da. *Documentos de identidade: uma introdução às teorias do currículo*. Belo Horizonte: Autêntica, 1999.

- SWAIN, Tânia. Que História é esta? *Revista Caminhos da História*, v. 14, n. 2, p. 77-93, 2009.
- THOMPSON, Edward. Intervalo: a lógica histórica. In: *A miséria da teoria. Ou um planetário de erros. Uma crítica ao pensamento de Althusser*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981, p. 47-62.
- TIBURI, Márcia. Dossiê Judith Butler - Feminismo como Provocação. *Revista Cult*, São Paulo, p. 20 - 23, 01 nov. 2013.
- VENCATO, Anna Paula. “*Fervendo com as drags*”: corporalidades e performances de drag queens em territórios gays da Ilha de Santa Catarina. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Universidade Federal de Santa Catarina, 2002.
- VERAS, Elias Ferreira; PEDRO, Joana Maria. Os silêncios de Clio: escrita da história e (in)visibilidade das homossexualidades no Brasil. *Revista Tempo e Argumento*, v. 6, n.13, p. 90 - 109, set/dez. 2014.
- VEYNE, Paul. *Como se escreve a história*. Brasília: UNB, 1978.
- WHITE, Hayden. O texto histórico como artefato literário. In: *Trópicos do discurso. Ensaios sobre a crítica da cultura*. São Paulo: Edusp, 2001, p. 97-116.